

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE – FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL**

BRUNA FORTES SANTOS

**ORDENAÇÃO DO ESPAÇO DO LITORAL DO
MUNICÍPIO DE PACATUBA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.**

**Aracaju-SE
2007**

BRUNA FORTES SANTOS

**ORDENAÇÃO DO ESPAÇO DO LITORAL DO
MUNICÍPIO DE PACATUBA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.**

Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão da FANESE, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental.

ORIENTADOR: Dr. JOÃO D'ÁVILA

**Aracaju - SE
2007**

BRUNA FORTES SANTOS

**ORDENAÇÃO DO ESPAÇO DO LITORAL DO
MUNICÍPIO DE PACATUBA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.**

**Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão –
NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como
requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental.**

Nome completo do Avaliador

Nome completo do Coordenador de Curso

Nome completo do Aluno

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de 2007.

Dedico esse trabalho aos meus avós paternos João e Francisca (em memória) e aos meus avós maternos Omar e Ilda, que considero como exemplos de personalidade digna e honesta.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, nosso Pai poderoso, por ter aberto caminhos certos no decorrer da minha jornada e por ter me dado muita luz nos momentos de dúvidas.

Agradeço fortemente aos meus maravilhosos pais Luis Carlos e Marilda por, muitas vezes, ter abdicado de seus prazeres financeiros para me favorecer em todas as questões e esta, de estar me formando, é uma delas. Por ter me proporcionado boa educação, conforto e, acima de, tudo amor e aconchego. Obrigada, meus pais.

Agradeço aos meus avós paternos João e Francisca (em memória), e aos meus avós maternos Omar e Ilda pelo exemplo de vida e principalmente de honestidade e seriedade.

Agradeço também aos meus irmãos Juliano, Roberta e Fernanda pela força e estímulo nas horas mais difíceis e por ter compartilhado todos os momentos de alegria que passamos juntos. Não posso esquecer da maior alegria que Roberta e Juliano puderam me proporcionar, que são os meus toquinhos: Juliane, Luizinho, Larinha e Yasmim que, sem dúvida, são a alegria de toda a família.

Agradeço aos meus padrinhos Tio Zé Raimundo e Tia Reja, que sempre tiveram presentes e prontos para me estender à mão. Obrigado dindos.

Agradeço a todos os meus tios e tias pelo incentivo nesta hora tão importante da minha vida.

Agradeço a todos os meus primos pelos pensamentos positivos e por terem compartilhado inesquecíveis momentos comigo.

Agradeço fortemente ao meu “amarelindo” Daniel (namorado e amigo), por ter me incentivado e ajudado nos momentos complicados que passei nessa minha jornada e por ter me proporcionado momentos ímpares na minha vida. Obrigada, te amo.

Agradeço à Telma, amiga e companheira nos horas de alegria e principalmente de dificuldade.

Agradeço à minha cunhada Karla pelos bons momentos que passamos juntas.

Agradeço ao meu orientador Dr. João D'Ávila pelo respeito, por me orientar com maestria e pelo incentivo.

Agradeço aos moradores do Litoral do município de Pacatuba pela contribuição através das entrevistas e pela simples e amorosa recepção com que fui recebida.

] As 'áreas protegidas' poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem beneficiar-se da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da renda de produtos ou da renda gerada pelo turismo.

(Antônio Carlos Sant'Ana Diegues)

RESUMO

O trabalho ora desenvolvido propõe estabelecer diretrizes de Desenvolvimento Ambiental para o Litoral do Município de Pacatuba que, uma vez transformadas em lei, têm o objetivo de definir o uso e a ocupação adequados do espaço, favorecendo o desenvolvimento local sustentável. O Litoral do Município de Pacatuba, rico em recursos naturais, possui uma variedade de ecossistemas, está sujeito ao turismo, e para que o mesmo não seja predatório. O presente trabalho propõe um macrozoneamento para a região. Estas diretrizes poderão controlar e tornar viável o turismo local de forma sustentável, sem que o Litoral Norte perca sua integridade e equilíbrio ambiental.

PALAVRAS CHAVES: Natureza. Homem. Sustentabilidade. Conservação.

RESUMEN

El trabajo ora desarrollado proponen establecer directrices de desarrollo Ambiental para el Litoral del municipio de Pacatuba, que una vez transformadas en lei tiene lo objetivo de definir el uso y la ocupacion odecuada del espacio favorecer lo desarrollo local sustentável. El Litoral del municipio de Pacatuba rico em recursos naturais possui uma variedade de ecossistemas y esta sujeto al turismo y para que el turismo no sea predatório, este trabajo propone un macrozoneamento para la región. Están directrices poden controlar y tornar viable el turismo local de forma sustentável sin que el Litoral Norte perca su integridad y equilibrio ambiental.

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 - Prefeitura Municipal e Agência da Estatística	18
FOTO 02 - Igreja de São Félix de Catalício	19
FOTO 03 - Vista Parcial da Cidade	20
FOTO 04 - Vista Parcial da Rua Getúlio Vargas	21
FOTO 05 - Praia, Dunas, Área de Coqueirais e Pântanos em Pacatuba-SE	25
FOTO 06 - Dimensões das Casas de Veraneio	27
FOTO 07 - Localização Casas de Veraneio.....	27
FOTO 08 - Praia com a Presença de Seres Humanos em Perfeito Estado Biológico	28
FOTO 09 - Reserva de Santa Isabel	29
FOTO 10 - O Encontro da Duna com a Lagoa: Ocorrência típica desse Ecossistema	30
FOTO 11 - Vegetação Densa de Mangue em Período de Maré Cheia	31
FOTO 12 - Dependência da População com relação ao Mangue	31
FOTO 13 - As Garças Sobrevoando o Mangue	32
FOTO 14 - Lagoas do Pantanal	33
FOTO 15 - Espécies de Garças existentes no Pantanal Descansando no Embarço das Raízes do Manguezal	33

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Localização do Município de Pacatuba-SE	22
MAPA 02 – Dimensões do Município de Pacatuba e a Localização de alguns de seus Povoados	23
MAPA 03 - Localização dos Ecossistemas no Litoral Norte do Município de Pacatuba e a Localização da Reserva Biológica de Santa Isabel	26

LISTA DE PLANTAS

PLANTA 01/03 - Demarcação do Litoral dentro do Território do Município de Pacatuba	00
PLANTA 02/03 - Macrozoneamento (Diretrizes)	00
PLANTA 03/03 - Macrozoneamento por uso.....	00

SUMÁRIO

RESUMO	08
RESUMEN	09
LISTAS DE FOTOS	10
LISTAS DE MAPAS	11
LISTA DE PLANTAS	12
1 INTRODUÇÃO	14
2 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PACATUBA	17
2.1 Localização do Município de Pacatuba	22
3 DESCRIÇÃO DO LITORAL DO MUNICÍPIO DE PACATUBA	24
3.1 Análise da Ocupação do Espaço do Pantanal	34
4 RELAÇÃO DA POPULAÇÃO COM RECURSOS NATURAIS	39
5 PROPOSTA DE MACROZONEAMENTO	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

Tomando como base o vínculo da autora com o município de Pacatuba e pelo fato do local possuir áreas com grandes potencialidades de valor ambiental, pouco exploradas e de fácil acesso e ainda por perceber a sua obrigação profissional com relação aos problemas futuros que o município poderá enfrentar, é que surgiu o interesse de realizar um trabalho voltado ao desenvolvimento ambiental.

O trabalho em questão refere-se ao Litoral do Município de Pacatuba, localizado no Estado de Sergipe, onde sua base econômica é o coco e a pesca. Algumas pessoas tiram o sustento do artesanato, muito forte no município em estudo que possui uma variedade de ecossistemas ainda intocados que, mesmo com a presença de populações nativas nesta área, esta se encontra em equilíbrio ecológico.

O Litoral do Município de Pacatuba possui quatro tipos de ecossistemas, sendo eles: dunas, mangues, pantanal e ainda remanescentes de Mata Atlântica. Todos esses ecossistemas estão em contato direto com a população porque muitos tiram seu sustento desse meio.

Abrangendo toda a extensão do Litoral do município de Pacatuba, as zonas costeiras (praias) localizam-se mais precisamente à margem do povoado de Ponta dos Mangues e Boca da Barra. Em janeiro de 1980, o Projeto Tartaruga Marinha (TAMAR) fez um levantamento para identificar as áreas de maior incidência de desova de tartaruga marinha e ficou constatado que parte da praia do município de Pirambu, somado à parte da praia do município de Pacatuba, eram os locais mais importantes deste levantamento.

Parte das praias do município pertencem à Reserva Biológica de Santa Isabel que ocupa uma área de 2.776 hectares, com uma unidade de proteção integral criada para zelar pelas espécies de tartaruga marinhas, outrora abundantes, que procuram aqueles sítios em intervalos regulares para desova.

Trata-se de uma área com grande potencial turístico e a finalidade deste trabalho é estabelecer diretrizes de desenvolvimento ambiental para o Litoral, que uma vez transformadas em lei, possam garantir a integridade do meio ambiente, mesmo com

a presença do turismo, visto que o desenvolvimento local sustentável também será uma das metas a serem alcançadas neste trabalho.

Para atender aos objetivos do proposto trabalho e para obter um diagnóstico mais preciso da área, foram utilizados como instrumentos a revisão literária onde, a partir de fundamentos teóricos dos autores lidos, foram traçados fundamentos para o trabalho, e foram feitos levantamentos de dados secundários no que se refere ao perfil de como a área em estudo é ocupada, além de serem feitas fotografias, imagens de satélites e mapas.

Também foi traçado o perfil sócio-econômico da população local. Este tópico foi realizado através de pesquisa quantitativa com a população da área, para se ter a noção de como é a convivência dos moradores no local e a relação de sustentabilidade com o meio em que vivem e através da pesquisa qualitativa que se valeu das entrevistas com pessoas que possuem uma visão de empreendedor para identificar com melhor precisão o potencial turístico do local e como poderia intervir para propor diretrizes de sustentabilidade e de uso e ocupação dessa área.

Para melhor compreensão do leitor, o trabalho foi dividido de forma que se possa conhecer os aspectos gerais do município e, de forma sucinta, conhecer as características ambientais do litoral onde será a área do objeto desse estudo.

No diagnóstico realizado na parte litorânea do município estão descritos todos os ecossistemas, a forma se dá a ocupação destes, o uso desse espaço e a relação desse ambiente com os nativos.

Vale ressaltar que nessa área há uma relação de interdependência entre o meio ambiente e a comunidade, em virtude da população habitar o local há vários anos e os moradores locais já perceberem que é deste ambiente “frágil” que retiram o seu sustento. Estes começam então a cuidar da natureza e torná-la mais produtiva, garantindo sua sustentabilidade e, como consequência positiva desse ato, conserva-se o equilíbrio ambiental local.

Os aspectos históricos, sua origem e localização serão abordados no item II deste trabalho. O item III apresenta o diagnóstico da área em estudo, em que o litoral do município de Pacatuba é descrito com todas suas características ambientais, a sua forma de ocupação e a sua relação com a população local.

Depois disso destaca-se a relação da população com os recursos naturais, a forma como será tratada a questão do turismo no local e como torná-lo viável dentro do território do litoral do município de Pacatuba.

A indústria do turismo e o capitalismo estão aliados e são exploradores de lugares ricos em belezas naturais. A intenção não será de eliminar o turismo da área, mas sim, torná-lo viável para o município de forma sustentável e que o meio ambiente não perca sua harmonia ecológica. É neste ponto que a proposta de trabalho começa a ser desenvolvida tendo como objeto primordial o turismo como forma de renda sustentável para o município.

No capítulo V será proposto um macrozoneamento do Litoral Norte do município de Pacatuba que poderá viabilizar esse assédio turístico, tornando a área em questão uma Unidade de Conservação (U.C), garantindo a permanência das populações locais e não permitindo o adensamento residencial nas áreas consideradas nas diretrizes como de proteção ambiental.

2 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PACATUBA

Pacatuba situa-se em um vasto planalto localizado na confluência do rio Poxim com o Betume, entre uma vegetação pantanosa e o mar e é privilegiada por possuir uma vista panorâmica inigualável.

Oriunda de tribos indígenas, no começo do século XVI existia um aldeamento fundado por três caciques da mesma família originando assim, três povoações que fazem fronteiras entre si e onde atualmente estão localizados os municípios de Japaratuba , Pirambu e Pacatuba.

Segundo a história do lugar, um dos três caciques se chamava Pacatuba, deu nome à povoação.

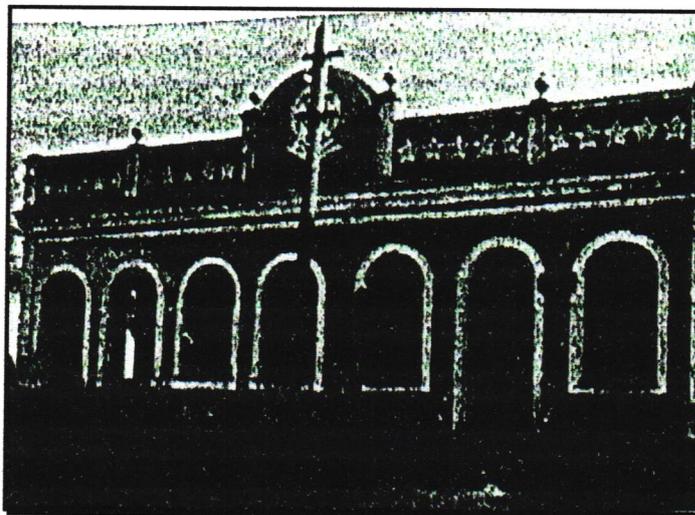
A povoação de Pacatuba, como apontam os registros históricos, foi fundada no século XVI por ocasião das incursões de Cristóvão de Barros na época da colonização de Sergipe.

Na conquista de Sergipe, Cristóvão de Barros, em 1589 teve que enfrentar os indígenas dessa região, chefiados por Baepeba nas margens do Irapiranga. Isso ocorreu no mesmo período em que Cristóvão de Barros investiu todos seus recursos na disputa pelo governo da Bahia, cumprindo ordens de Filipe II da Espanha, que reinava em Portugal.

Antes que Cristóvão de Barros colocasse as colunas demarcando seus domínios, os caciques Japaratuba e Pacatuba junto com seus guerreiros, já se preparavam com os aparatos das formalidades, para o pedido de paz ao conquistador.

Dotado de prestígio daqueles que emigram para uma região, Cristóvão de Barros venceu a batalha contra o cacique Pacatuba até os domínios de Pindahyba, outro chefe indígena, que se estabeleceu na ilha de São Pedro, em Porto da Folha. O mesmo ocorreu nos aldeamentos chefiados por Serigy e Sirigy, situados mais ao norte.

Devido à colonização de Sergipe é que o município de Pacatuba teve seus primeiros registros e suas terras foram incluídas na sesmaria de Pedro Abreu Lima, que ia da barra do rio São Francisco à serra da Tabanga e daí às nascentes do rio Japaratuba e rio Sergipe, não incluindo as terras dos aldeamentos indígenas.

FOTO 01**Prefeitura Municipal e Agência da Estatística**

FONTE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

Em meados do século XVII, na época da missão jesuítica, foi construída uma capela para a realização da catequese e evangelização dos índios, justamente no local onde localizava o aldeamento da tribo do cacique Pacatuba.

Os jesuítas em 1712 foram expulsos dos domínios portugueses por determinação do marquês de Pombal e a Missão Jesuítica de Pacatuba foi entregue aos Frades de ordem Franciscana, que ocuparam a antiga residência na povoação e iniciaram a construção de uma Igreja dedicada a São Félix de Catalício, onde o término de sua construção foi no ano de 1810. (Ver foto 02)

FOTO 02**Igreja de São Félix de Catalício**

FONTE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

Com a tutela dos Franciscanos, a povoação teve um grande avanço, chegando a alcançar em 1802 uma população de quinhentos e quarenta e um índios que se elevava, em 1808 para setecentos.

Com a Lei Provincial de 6 de fevereiro de 1835, foi criada a freguesia de São Félix da Pacatuba, onde foram escritos os seus primeiro limites, dando o primeiro passo para a emancipação do município, incluindo o território do atual município de Japoatã a qual Pacatuba estava subordinada.

Devido ao progresso da povoação que exigia atitudes que proporcionassem a sua emancipação definitiva, a freguesia de Pacatuba foi elevada à categoria de vila pela resolução nº 666 de 13 de maio de 1864, atingindo os foros de município e , permanecendo os mesmos limites para o respectivo termo. Mas a autonomia municipal só foi confirmada depois da Resolução Provincial nº 98 de 02 de maio de 1874, tendo as suas terras desmembradas do município de Vila Nova, hoje Neópolis.

A situação do município de Pacatuba manteve-se estável até 1910. Seu desenvolvimento econômico e social estava estampado nas ruas da cidade, quando os pacatubenses foram surpreendidos com a notícia de que a lei nº 583 de 23 de novembro de 1910 criava o novo município de Jaboatão, localizado na antiga missão dos jesuítas, no “Riacho do Meio”, incorporando em seu território grande parte das terras que pertenciam a Pacatuba desde a época da conquista de Sergipe.

A população de Pacatuba enviou a câmara seus protestos através de suas lideranças políticas para obter a nulidade do ato.

O novo município de Jaboaão não chegou a ser instalado devido, não só as representações feitas ao comando de Sergipe, mas também pela lei que não chegou a produzir seus efeitos.

Após dezesseis anos um novo golpe aconteceu em Pacatuba. As disposições da lei nº 960 de 20 de outubro de 1926 transferiam a sede do município de Pacatuba para Jaboaão, ficando a cidade de Pacatuba reduzida à categoria de povoado.

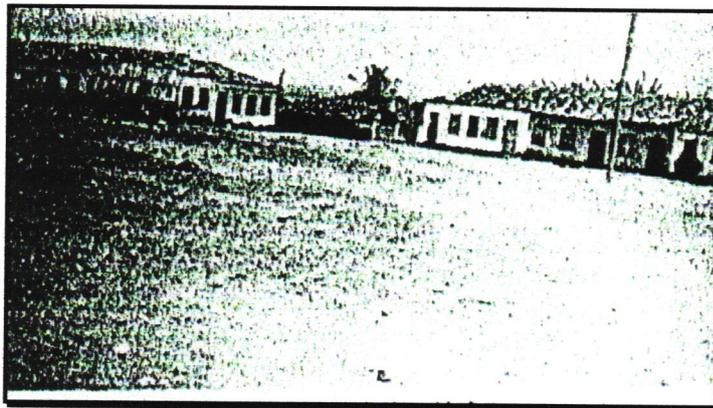
Desta vez porém de nada valeram as reclamações e protestos. Pacatuba passou quase doze anos como povoado, sem que fosse apagada do espírito daquela gente a reivindicação de ver retornando a história de povoado à situação que desfrutou desde os tempos de colônia, no quadro da província de Sergipe D'EL Rei.

Um novo passo foi dado para que o velho município fosse restaurado. Devido ao decreto-lei estadual de 28 de março de 1939, Pacatuba volta a sua antiga situação de vila, mas pelo mesmo Decreto-Lei criado, o distrito de paz continuava pertencendo ao município de Jaboaã.

Como vila o distrito de paz do município de Jaboaão permaneceu até 1943 quando seu nome foi modificado de Pacatuba para Pacatiba, pelo decreto-lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943 que aprovava os quadros da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado de Sergipe para o quinquênio de 1944-1948.

FOTO 03

Vista Parcial da Cidade



FONTE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

A situação do município de Pacatuba permaneceu porém a mesma, isto é, distrito de paz do município de Jaboaão que, como seu segundo distrito, também foi

atingida pela Legislação Federal relativa à duplicidade dos nomes das cidades e vilas brasileiras.

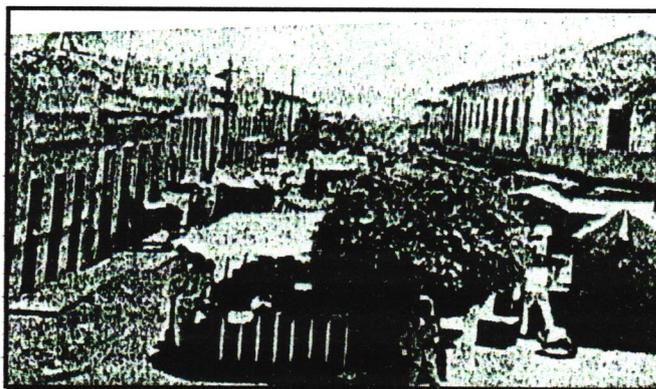
Com o apoio de vários pacatubenses, em especial do Sr. Francisco de Barros Mello que tinha importância junto ao governador Arnaldo Garcez, a batalha continuou em prol da independência.

Pela lei nº 525-A de 25 de novembro de 1953, a vila de Pacatuba era transformada em cidade, sendo devolvido o seu antigo nome. A área do novo município foi desmembrada do território do município de Jaboaã que também, deste modo, devolvia a antiga comuna e território que lhe fora anexado.

Na atual divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado aprovada pela lei nº 554 de 06 de fevereiro de 1954 para vigorar no quinquênio 1954-1958 Pacatuba aparece como município distrito único, termo da comarca de Japarutuba.

FOTO 04

Vista Parcial da Rua Getúlio Vargas



FONTE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

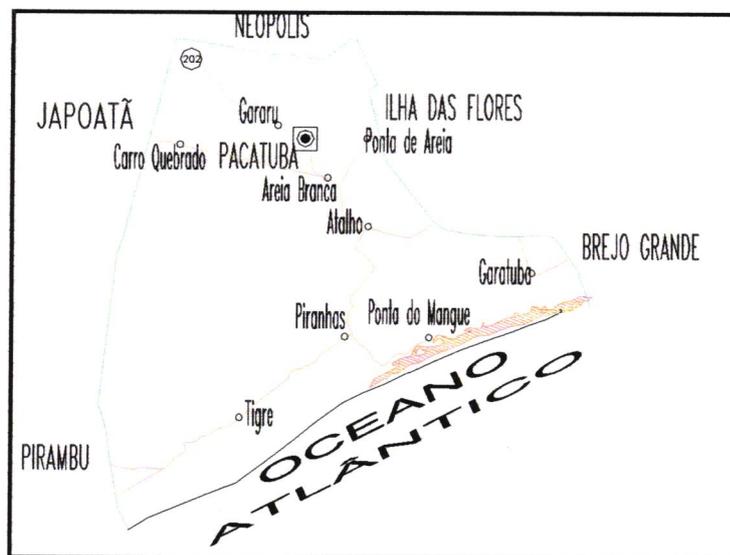
O município foi instalado no dia 31 de Janeiro de 1955 quando foi empossado o seu primeiro prefeito o Sr. Manoel Ricardo dos Santos e constituía também a primeira câmara Municipal composta de cinco vereadores.

Os principais povoados do município são Carapitanga, Gravatá, Rancho, Cobra D'água, ponta de Areia, Fazenda Nova, Timbó, Santana dos Frades, Garatuba, Estiva do Raposo, Areia Branca, Tigre, Lagoa Nova, Junça, Poções, Cruiri, Golfo, Ponta dos Mangues, Boca da Barra, Brejão da Itioca, Aracaré e Oitizeiro.

Percebe-se que há uma falta de incentivo para que o município possua um desenvolvimento local e que a população passe a obter com esse desenvolvimento uma

MAPA 02

Dimensões do Município de Pacatuba e a Localização de alguns de seus Povoados



FONTE: COODEVASF

Com relação à população, há um “choque de dados”. Segundo o IBGE Pacatuba tem uma população total de 11.536 habitantes, já o senso realizado pela prefeitura local esse dado é de aproximadamente 18 mil habitantes. Já o diagnóstico realizado pela empresa UFS engenharia LTDA, contratada para a realização do Plano Diretor Municipal, em seu Relatório para Leitura Técnica Comunitária (set. 2007), afirma que a população do município não está claramente definida, devido a confronto de dados realizado por técnicos da empresa.

(...) confrontando os indicadores do IBGE com o n°. de ligações residenciais = 3.470 à rede de energia e considerando a densidade domiciliar (4,38 moradores p/domicílio) tem-se uma estimativa populacional de 15.198 moradores ($3.470 \times 4,38 = 15.198$) para 2007; Isso evidencia que os dados do IBGE em relação a população do município não tem consistência.

3 DESCRIÇÃO DO LITORAL DO MUNICÍPIO DE PACATUBA

O Litoral do Município de Pacatuba conserva áreas de extrema beleza, tais como praias seguidas de dunas, mangues, vestígios de Mata Atlântica e uma vegetação característica de pantanal, principal objeto de pesquisa deste trabalho. Nele encontra-se uma fauna e flora características de pantanal e com relação à biodiversidade, segundo os pesquisadores do Espaço Ciência da Universidade Federal de Pernambuco, se for feita uma relação da área territorial do Pantanal do Município de Pacatuba com o número de espécies existentes no mesmo, podemos verificar a semelhança com o Pantanal Mato Grossense. Essa relação foi realizada e comprovou-se que, em termos de biodiversidade, (relação entre área e número de espécies) há uma semelhança entre esses Pantanaís.

FOTO 05

Praia, Dunas, Área de Coqueirais e Pântanos em Pacatuba-SE



FONTE: CIFORM MUNICÍPIOS – SERGIPE/2000

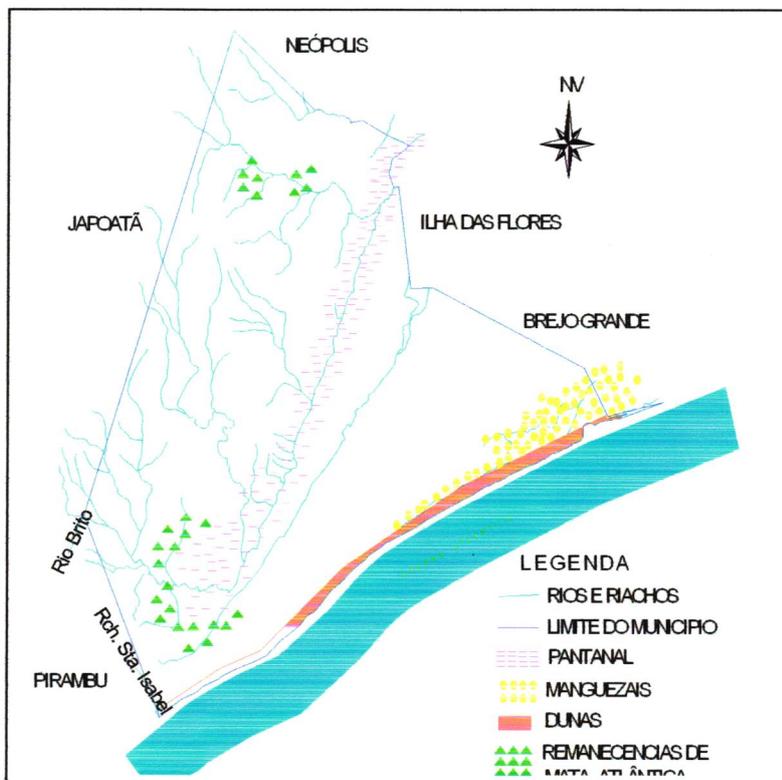
Na foto acima, verifica-se a seqüência dos ecossistemas existentes no Litoral do município de Pacatuba. No topo da foto avistam-se as praias seguidas de dunas cobertas parcialmente por vegetações, em seguida vê-se a área de coqueirais e logo após, há alguns metros, a área pantanosa. Esse local fica próximo à Reserva

Biológica de Santa Isabel, ao sul do município de Pacatuba, onde não há a existência de manguezal.

Para melhor análise dos ecossistemas que estão englobados no litoral do município, é necessário fazer uma descrição de cada um desses ecossistemas para que seja compreendida a função ecológica que os mesmos exercem sobre o meio ambiente.

Tomando como referência a disposição espacial do litoral do Município, dá-se andamento a nossa sugestão de localização do nosso objeto de estudo analisando a continuidade geográfica do litoral e a singularidade da cobertura vegetal de cada um desses ecossistemas. Deslocando-se de leste a oeste do litoral norte nos depararemos inicialmente com a praia e grande parte da mesma é considerada uma reserva biológica chama Reserva Biológica de Santa Isabel. Adentrando em direção ao oeste, verificamos uma extensa faixa de dunas de areia fina e branca fixada por vegetações rasteiras. Seguindo essa direção encontraremos os manguezais e logo após estes, o Pantanal, objeto fundamental do estudo em questão. Em algumas áreas próximas ao Pantanal existem manchas de Mata Atlântica. (Ver mapa nº. 03).

MAPA 03
Localização dos Ecossistemas no Litoral Norte do
Município de Pacatuba e a Localização da Reserva
Biológica de Santa Isabel.



FONTE: DEFESA DOS LIMITES TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA-ABRIL/2005.

É importante ressaltar que a área caracterizada como pantanosa encontra-se afastada da área de praias. Ressalta-se ainda que, ao citar o litoral, será considerada toda sua extensão territorial incluindo o pantanal, mesmo porque a área analisada será toda aquela que tenha relação direta no equilíbrio ecológico do Pantanal.

Nas praias do litoral do município de Pacatuba, que possui 163 quilômetros de extensão, há uma pequena frequência de pessoas, mais precisamente de pescadores (moradores da região) e algumas pessoas que possuem casas de veraneio nessa localidade. Analisando a foto 6 e 7, essas casas estão localizadas à beira da praia, e são construídas de alvenaria. Após estarem prontas, suas paredes são cobertas de palha para que os órgãos fiscalizadores não intervenham nessas moradias.

FOTO 06**Dimensão das Casas de Veraneio.**

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA-2000.

FOTO 07**Localização das Casas de Veraneio**

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA-2000.

Na foto acima, percebe-se como é primitiva a praia do litoral Pacatubense. Apesar da presença de pessoas que não moram no local, mas que possuem residências, e

dos pescadores que retiram desse ambiente a sua subsistência, ou seja, mesmo com a presença de seres humanos, a praia encontra-se em perfeito estado biológico.

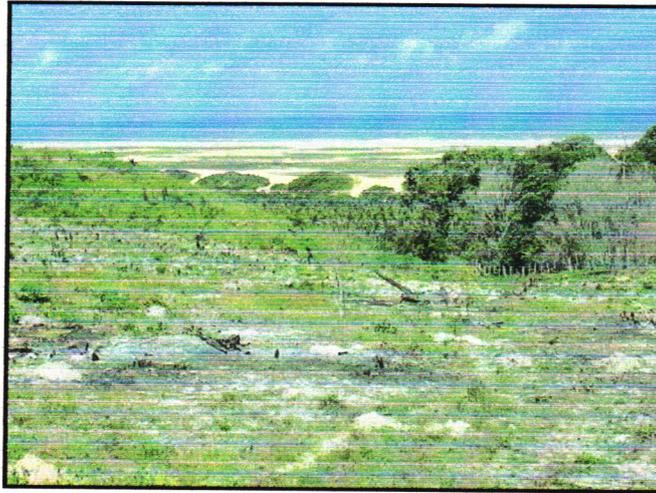
FOTO 08

Praia com a Presença de Seres Humanos em Perfeito Estado Biológico



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA-2000.

Parte dessa praia é destinada à Reserva Biológica de Santa Isabel, mais precisamente 131 Km são destinados à preservação da reprodução das tartarugas marinhas.(ver foto 9) . As tartarugas procuram o ambiente terrestre para a desova e ao amanhecer retornam ao meio aquático. Parte desta Reserva está inserida no município de Pirambu . (Ver localização da reserva no mapa 03).

FOTO 09**Reserva de Santa Isabel.****FONTE: BRUNA FORTES-SET./2005**

Como limite natural que separa a praia do mangue, estão as dunas. São 14 Km de dunas constituídas de areia fina e branca, formadas pela ação dos ventos que vêm do mar. A sua flora possui uma vegetação nativa composta por gramíneas e plantas rasteiras que exercem um papel fundamental na formação e fixação das dunas. Devido ao alto teor de salinidade, baixa umidade e instabilidade térmica, sua fauna é escassa e poucos animais são adaptados a este habitat. (Ver localização das dunas no mapa 03)

As dunas do Litoral do município de Pacatuba chegam a 11 metros de altura e na sua base há a formação de lagoas. Essas lagoas são muito utilizadas pela população da região para a criação de camarão, peixe e pastagem de animais. (Ver foto 10).

FOTO 10

O Encontro da Duna com a Lagoa: Ocorrência típica desse Ecossistema.



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA-2000.

Logo após as dunas, estão os manguezais. (Ver localização dos mangues no mapa 03) que têm como característica as águas salobras, sendo que o mangue ocupa uma grande área dentro do litoral Pacatubense.

Analisando a foto 11, verifica-se que a vegetação é densa, com presença de coqueiros em algumas áreas e de um alto nível d'água, devido à maré alta. Encontra-se também nesse manguezal a presença do caranguejo. Esse animal é típico do ecossistema e muitos moradores caçam para sua própria subsistência. (ver foto 12).

FOTO 11**Vegetação Densa de Mangue em período de Maré Cheia.****FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA-2000****FOTO 12****Dependência da População com relação ao Mangue****FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL
DE PACATUBA-2000**

Com a presença das garças no manguezal, como verificamos na foto 13, percebe-se que há um mutualismo entre esses ecossistemas. Todas as espécies de garças que chegam ao Litoral Pacatubense, mais precisamente ao Pantanal, usufruem também da fauna e flora dos manguezais. Além das garças existem os macacos pregos que se

alimentam dos caranguejos do mangue. Com essa invasão de animais em ecossistemas que não é caracterizado como seu habitat, percebe-se que há uma ligação entre esses ecossistemas, suas faunas, floras e o homem, e apesar dessa mistura vivem todos em equilíbrio ecológico.

FOTO 13

As garças sobrevoando o mangue.



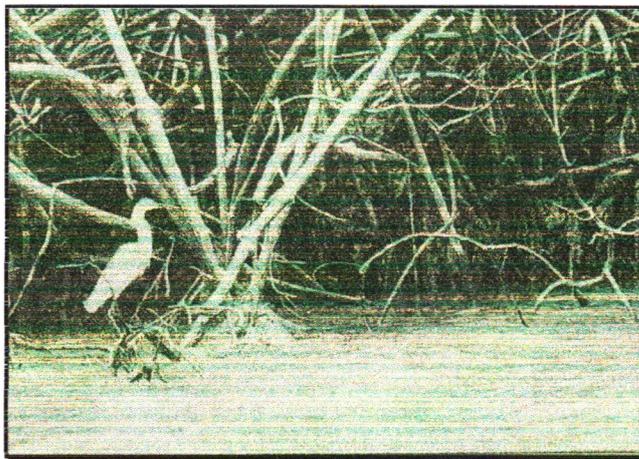
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA-2000

O Pantanal do município de Pacatuba ocupa uma área de 40 Km² e está inserido em 25 povoados, sendo 23 do próprio município e 2 do município de Neópolis, tais como: Serigy, Alagamar, Estiva do Raposo, Golfo, Tigre, Santaninha, Santana dos Frades, Geme, Aragão, Fazenda Nova, Campinas, Cobra D'Água, Gravata, Junça, Maracujá, Tijuparis, Brejão da Itioca, Alagoinha, Lagoa do Junco, Congombia, Quebrari, Fazendinha, Tapera (povoado de Neópolis), Ponta de Areia e Betume (povoado de Neópolis) e se encontra, após a área de manguezais com algumas reminiscências de Mata Atlântica em partes de sua margem. (Ver localização do Pantanal no mapa 01).

O pantanal é caracterizado pela presença de áreas alagadiças e quanto à flora prevalece à bromélia. Abriga uma rica fauna que tem, entre outros, o jacaré do papo amarelo, em grande risco de extinção, lontras, capivaras, macacos e mais cem espécies de pássaros, além da presença de três espécies de garças também encontradas no Pantanal Mato Grossence. (Ver foto 14 e 15).

FOTO 14**Lagoa do Pantanal**

FONTE: Bruna Fortes-Abril/2005.

FOTO 15**Espécies de Garças existentes no Pantanal Descansando no Embarço das Raízes do Manguezal.**

FONTE: JC TURISMO-Recife/2000

Encontra-se também no Pantanal aproximadamente 45% da população total do município de Pacatuba que, apesar de morar em um lugar de grande beleza cênica, vivem na miséria. Essa população sobrevive dos animais que compõem a fauna deste Pantanal, outros trabalham na prefeitura da cidade e outros possuem familiares que trabalham na capital e os ajudam financeiramente, mas não é o suficiente.

Contornando parte das margens do Pantanal, estão os remanescentes da Mata Atlântica. Essas manchas foram ocasionadas devido às queimadas para as novas áreas de pastagens, possivelmente por pessoas sem conscientização ambiental ou fazendeiros que objetivam o lucro. Mas apesar de só obter pequenas partes do que era a Mata Atlântica no município de Pacatuba, ainda podemos observar as características típicas dessa vegetação.

Nesse ecossistema as camadas de vegetação são densas. As copas das árvores são altas e possuem troncos lisos com ramificações no alto para formar a copa. Nas partes mais baixas, nascem e crescem arbustos e pequenas árvores que toleram menos luz. Tanto nas árvores baixas como nas altas encontram-se várias outras espécies de plantas como os cipós e bromélias. O solo é protegido por forrações e outras vegetações que caem das árvores, servindo de alimento para insetos e outros animais. É importante ressaltar a função dos fungos enquanto responsáveis pela decomposição da matéria orgânica que possibilita o ciclo de vida da biodiversidade. A fauna e flora podem dizer que são de uma riqueza paisagística muito grande .

3.1 Análise da Ocupação do Espaço do Pantanal.

O Pantanal guarda uma riqueza no que diz respeito a sua fauna e flora e uma grande concentração de lagoas. Junto a este Pantanal está aproximadamente 45% da população total do município de Pacatuba e percebe-se que já se concretizou uma dependência entre ambos. Pode-se considerar que nesta área há, em verdade, uma relação de interdependência entre o meio ambiente e a comunidade, até porque a população que habita essa localidade há muito tempo percebeu que é deste ambiente “frágil” que precisam retirar seu sustento. Preservando essa fonte e tornando-a mais vigorosa e naturalmente mais produtiva, o homem garantiu sua sustentabilidade e como consequência positiva desse ato, conservou e ainda conserva o equilíbrio do meio ambiental local.

Tomando a histórica e ininterrupta degradação ambiental vivida em muitas áreas do território nacional como exemplo factível, a forma do uso e exploração dos recursos naturais assim como a ocupação da área pantaneira do município de Pacatuba merecerá por parte dos ambientalistas especial atenção. Atualmente pode-se verificar uma agressão ambiental causada por uma pequena faixa de povoamento que margeia e

explora os recursos naturais do pantanal de Pacatuba, no entanto essa agressão não chega a comprometer a diversidade e o equilíbrio desse bioma. Encarar as populações nativas como ameaça ao meio ambiente equilibrado do pantanal nos parece um comportamento pouco adequado ao cenário sócio-ambiental a que nos propomos pesquisar, visto que, na nossa concepção, essa relação homem-natureza é uma das responsáveis pelo equilíbrio destacado. Defende-se a premissa de que os valores culturais e sociais do homem local transferidos pela tradição não foram definitivamente os garantidores do pantanal, mas sim formaram parte de um sistema equilibrado e sustentável entre o homem e seu entorno natural, tal qual a engrenagem de uma máquina em perfeito funcionamento.

Devido à falta de recursos da população, grande parte das casas são de pau-a-pique, sem banheiro, algumas com cobertura de palha outras com telha. As casas que possuem banheiro têm os mesmos improvisados na área externa das casas. Suas paredes são de palha e quando possui cobertura, também é de palha. As necessidades fisiológicas são feitas sobre a areia e colocado terra sobre as mesmas. Devido à falta de salubridade no local, muitos nativos são afetados por doenças de pele e verminoses, sendo a enfermidade mais comum no local a esquistossomose, conhecida como barriga d'água e adquirida nos rios poluídos.

Essa poluição dos rios muitas vezes é causada pela falta de conhecimento da população em termos de higienização. Os criadores deixam os animais pastando na beira dos rios e os mesmos fazem suas necessidades fisiológicas próximo da água, dão banhos nos animais na mesma água em que a população toma banho diário, sem nenhuma noção dos danos que essa ação pode causar aos rios e à saúde da população.

Grande parte desses nativos utiliza a água das lagoas e dos rios para banhos diários por não possuir banheiros em suas residências e as mulheres lavam suas roupas e louças nessas águas pelo fato de não possuírem água encanada em suas casas. As casas são localizadas mais distantes das lagoas e as nativas buscam água utilizando baldes para suprir suas necessidades diárias para os mínimos hábitos de higiene.

Será importante estabelecer normas para a educação ambiental para que a salubridade ambiental venha a existir. A educação passa a ser vista como estratégia para compatibilizar o uso dos recursos naturais como desenvolvimento econômico, estabelecendo por toda sociedade e proporcionando-lhe uma tomada de consciência e conseqüente participação no equacionamento dos problemas ambientais.

Essa ameaça aos recursos naturais e hídricos, fauna e flora pode ser consertada e passar a ser conservada com aulas de educação ambiental para conscientizar a população da importância do Pantanal para a sua sobrevivência e ajudaria na compreensão e análise do ambiente em que se vive.

Apesar da dependência que a população tem do Pantanal, o mesmo não perdeu sua integridade e continua com seu ecossistema em equilíbrio, como afirma Shridath Ramphal, presidente da UICN (DIEGUES, 2001, p. 109),

O Congresso reconheceu que as populações humanas, especialmente as que vivem dentro e em volta das áreas protegidas, freqüentemente têm importantes e duradouras relações com essas áreas. Comunidades locais e nativas podem depender dos recursos desses locais para seu modo de vida e sobrevivência cultural. Com maior freqüência, os recursos que justificam o estabelecimento das áreas protegidas incluem paisagens culturais e sistemas naturais criados por atividades humanas existentes há muito tempo. Essas relações abarcam a identidade cultural, espiritual e prática de subsistência que muitas vezes contribuem para a manutenção da diversidade biológica. As áreas podem ser vistas, portanto, como contribuição para conservar a diversidade cultural e a biológica.

Estabelecer diretrizes de educação ambiental e normas de exploração, uso e ocupação do espaço será fundamental para atenuar e posteriormente cessar e impedir a agressão ao pantanal de Pacatuba. Dessa forma, este projeto de pesquisa tem como uma de suas propostas oferecer ao poder público um detalhado estudo da questão ambiental no pantanal, facilitando e orientando as futuras intervenções e políticas públicas.

Para que isso ocorra não se pode ignorar a população existente, até porque eles usufruem deste espaço há anos e o mesmo encontra-se em perfeito estado biológico. Em se tratando de desenvolvimento sustentável os mesmos não podem ser retirados de sua área nativa, mesmo porque,

(...) os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionaram e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente saudáveis. Sabemos, no entanto, que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações locais. Seu conhecimento é valioso para o futuro ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conhecemos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional (CLAY, 1985:5).

Analisando o baixo índice de desenvolvimento humano do litoral norte, em especial o Pantanal, observa-se que eles não conseguem sequer satisfazer as suas necessidades mais básicas. No entanto reduz a capacidade das pessoas para usar os recursos de modo sustentável, levando-as a exercer maior pressão sobre o meio ambiente.

Um dos graves problemas que poderão gerar conflitos no uso e ocupação desse espaço (Pantanal) é a indústria do turismo. Segundo o professor de ecoturismo do Núcleo de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco, Célio Muniz de Lima, “o turismo vai chegar aqui de uma forma ou de outra” (CORREIO BRASILIENSE, 2000, p.9). Outro problema é a Ponte Aracaju/Barra dos Coqueiros, que facilita a chegada dos turistas e de empresários no ramo hoteleiro.

É nesse sentido que essa pesquisa tem como uma das suas prioridades fundamentais a necessidade de, ao menos, amenizar os graves problemas de ordem sócio-econômica que incidem diretamente nessas comunidades. Para tal, é uma das finalidades o ordenamento dos usos do espaço do Litoral Norte do Município de Pacatuba, objetivando o desenvolvimento social e economicamente sustentável conjugado à preservação do ecossistema atendendo aos principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável que são, entre outros, os seguintes:

- Retomar o crescimento;
 - Alterar a qualidade do desenvolvimento;
 - Atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
 - Manter um nível populacional sustentável;
 - Conservar e melhorar a base de recursos;
 - Reorientar a tecnologia e administrar o risco;
 - Incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.
- (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Pg.53.).

Visando aplicar o desenvolvimento local sustentável em toda a área do Litoral Norte, que poderá gerar renda também para a sede do município, tem como primeira tarefa resguardar a área pantanosa de grandes construções, devido ao lençol freático, e permitir a construção de algumas edificações nos povoados vizinhos, onde não gere riscos para a saúde da população e para o meio ambiente.

A não retirada da população é fundamental para obter um desenvolvimento local sustentável e para eles próprios, devido à dependência que os mesmos já criaram do local. Além da dependência, a população deve ser respeitada, mesmo porque são eles que conservam e garantem o equilíbrio desse meio para sua própria subsistência.

São populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, freqüentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vidas particulares que envolveram grande dependência dos ciclos naturais, conhecimentos profundos dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologia patrimoniais, simbologias, mitos e até linguagem específica, com sotaque e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 2001).

Muitos planejadores retiram essas populações do seu local de moradia e subsistência e acomodam em outros locais que possuem características totalmente adversas às que essas populações estão acostumadas a conviver. Conseqüentemente essas populações não terão subsídios financeiros e nem culturais para viver em grandes cidades, ocasionando o agravamento das favelas, ou seja, ao invés de solucionar o problema das comunidades locais, os planejadores agravam outro problema já existente dentro das grandes cidades.

Essa solução que muitos planejadores adotam como funcional não é considerada como a mais correta, mesmo porque eles acham que estão solucionando um problema, mas na verdade estão agravando outro problema.

Vale reforçar que a área em estudo é de grande valor ambiental e possui uma forte tendência ao turismo. A intenção será tornar viável esse turismo, garantindo a não retirada das comunidades locais e promovendo a geração de empregos e renda a partir das atividades tradicionais da comunidade local.

4 RELAÇÃO DA POPULAÇÃO COM RECURSOS NATURAIS

Desde os primórdios do planeta a natureza já existia com seu equilíbrio e ciclo de vida contínuo. A ciência nunca comprovou nenhum caso de extinção ou desequilíbrio ecológico na era primitiva. Todos tinham uma relação de interdependência do meio ambiente e, quando existe essa relação, cultural e espontaneamente procura-se cuidar do meio de onde tiram sua subsistência. Sabe-se que, mesmo antes da existência do ser humano, o meio ambiente já possuía o seu equilíbrio ecológico e esse cuidado também era devido aos animais irracionais que, mesmo sem perceber, mantinham a cadeia alimentar em pleno ciclo ambiental e a natureza em seu estado intocável, sendo o seu ciclo é totalmente auto renovável.

Mesmo com o advento do homem primitivo esse equilíbrio continuava, até porque no o início ele era extrativista, ou seja, dependia da natureza, quer dizer, o homem fazia parte do ciclo ecológico. Mas o ser humano ainda não fazia parte do topo da cadeia alimentar porque o homem primitivo não havia descoberto o poder da razão. Era fraco e sua autodefesa em relação à dos outros animais era fraca e ele mesmo não sabia que tinha o dom de pensar, ou seja, de raciocinar.

A partir do momento em que o homem primitivo descobriu a razão e o conhecimento ele começa a transformar o meio ambiente em que vive percebendo que a sua sustentabilidade depende do equilíbrio desse ambiente. Pode-se dizer que a partir do momento em que o homem descobre que é um ser racional, ocorre um controle simbólico e cultural e o mesmo percebe que se não respeitar as leis da natureza, ele sofrerá retaliações. Esse homem, chamado nativo, começa então a aprender com a própria natureza, a cuidar dela mesmo e a torná-la mais produtiva e conseqüentemente, a ter a sua sustentabilidade garantida. Começa então a haver uma relação mútua entre o homem, que aprende a lidar com esse ambiente frágil, e a natureza.

De acordo com as análises feitas nos tópicos anteriores, é notório que no litoral do município de Pacatuba, há uma relação estratégica de dependência entre homem, o seu complexo cultural e os ecossistemas, ou seja, um mutualismo sob o prisma das ciências biológicas. Em outros termos, o meio ambiente disponibiliza ao

homem a alternativa material imprescindível para produção social de sua existência e este, por sua vez se depara com o desafio de preservar e zelar pelo meio (ambiente) através do qual se renova incessantemente o ciclo da vida.

Depreende-se, portanto que há, efetivamente, a manifestação histórica de uma relação de sustentabilidade entre homem e o meio ambiente que o cerca, garantindo por sua vez, apesar das práticas extrativistas depredatórias levadas adiante pelas comunidades nativas, o macro-equilíbrio dos ecossistemas do litoral do município de Pacatuba.

Essa relação de dependência existe desde os primórdios da vida humana quando o homem, por necessidade de subsistência, acabou por produzir conhecimento e técnicas suficientes para poder controlar ou ao menos prever coletivamente alguns fenômenos que se manifestavam na natureza. Para tanto ele estabeleceu socialmente uma série de instrumentos simbólicos de controle sócio-cultural que garantiram e aperfeiçoaram a inter-relação entre o homem e as forças naturais que integravam o outro pólo de equilíbrio. No meio ambiente em que o homem está inserido e que depende desde meio para sua subsistência, ocorre um equilíbrio natural, uma cadeia alimentar onde essa dependência cria um equilíbrio. Caso um integrante desde ciclo se torne ausente ocorrerá um desequilíbrio neste ambiente, ocasionando possivelmente a superpopulação de alguma espécie e a extinção de outras espécies.

Segundo Deihl, o ecossistema que possui a presença do homem, que usufrui de forma sustentável desse ecossistema, vive até hoje em pleno equilíbrio ecológico. Então porque não criar uma conciliação entre os humanos e as áreas para a criação de Reservas, Unidades de Conservação ou Áreas de Proteção Ambiental? Ele afirma também que não é só o homem que degrada o meio ambiente e sim, com a retirada de um ser irracional que está inserido nesse ciclo desde a existência do meio ambiente, pode causar uma superpopulação dos animais. E essa quebra no ciclo biológico, causa um desequilíbrio do meio ambiente.

Cabe definir que as Unidades de Conservação são áreas legalmente instituídas para a conservação da natureza e que as mesmas são divididas em Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, sendo existente no Litoral do município de Pacatuba uma reserva biológica para a preservação e proteção das tartarugas marinhas.

Procura-se então, como finalidade deste trabalho, transformar a área territorial do litoral do município de Pacatuba em uma Unidade de Conservação bem

estruturada, com Áreas Protegidas criadas para uma verdadeira proteção dos ecossistemas e manutenção da biodiversidade e em que as comunidades locais farão parte dessa Unidade de Conservação buscando um equilíbrio ambiental de forma sustentável.

Pagini, do Departamento de Ecologia da IB – UNESP, afirma que, com uma política adequada para um novo sistema de Unidade de Conservação, provavelmente se contemple a verdadeira concepção do que seja “proteção” para essas Unidades. Afirma também que a conciliação entre as Unidades de Conservação e as comunidades locais tem gerado muitos conflitos, mas que podem ser sancionados e amenizados caso houver um sistema nas Unidades de Conservação que considere essas comunidades e lhe ofereça empregos e renda relacionados à área protegida, aumentando o poder econômico obtido pela população local com o advento do turismo e fornecendo serviços sociais às comunidades.

É importante ressaltar a importância da participação popular nas tomadas de decisões e na operacionalização das Unidades de Conservação, mesmo porque os sistemas de gestão das Unidades de Conservação devem ser estruturados e dinamizados de forma que permitam a participação mais intensa da comunidade.

Os povos que nasceram junto a esses ambientes adquiriam costumes e dependência desse meio. Esse meio, ao mesmo tempo adquiriu também uma dependência desses povos, traçando assim uma forte ligação entre eles.

Os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionaram e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente saudáveis. Sabemos, no entanto, que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações locais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional (CLAY, 1985:5; DIEGUES, 2001, p.102).

A dependência da população do meio ambiente do litoral do município de Pacatuba é basicamente de sustentabilidade, ou seja, o homem retira da natureza para satisfazer suas necessidades vitais. E ele tem consciência de que certas formas de caça não são viáveis ao meio ambiente, como por exemplo, caçar o animal que esteja em

estado de reprodução, ou pescar um peixe perto da desova. Caso ele desrespeite as leis da natureza, ele mesmo sofrerá, porque não terá de onde tirar o seu sustento e criará uma desarmonia no ambiente em que vive. È visto que ocorre um controle simbólico entre o nativo e o meio ambiente, e esse nativo estabelece de forma cultural normas para que ele sempre tenha de forma garantida o seu sustento.

Por se tratar de um ambiente com grande potencial turístico o maior objetivo deste trabalho será traçar normas para que essa nova interação social tenha a mesma norma que existe hoje, baseada em fundamentos culturais e não seja uma norma imposta, ou seja, que o turismo existente nesta área seja com determinadas limitações, mesmo porque não é o turista que usufrui de forma sustentável deste meio ambiente e sim o nativo.

Não se pode descartar a possibilidade de que o capitalismo, aliado com a entrada da indústria do turismo no Litoral Norte do Município de Pacatuba, possa causar um desequilíbrio no meio ambiente e acabar com essa sustentabilidade. O turismo é expansivo e tem a função de explorar a capacidade natural e a beleza do ambiente e é inegável dizer que esse turismo não vá causar danos para esse ambiente. Mas esses danos poderão ser viáveis e suportáveis ao meio ambiente, desde que se criem diretrizes que regulem e viabilizem esses danos. É neste ponto que o objetivo primordial deste trabalho tende a entrar. Este objetivo tende a determinar diretrizes para que o turismo torne uma forma de renda sustentável para o município, ou seja, que com a entrada desse capitalismo o nativo tenha seu emprego e possa tirar sua renda. Mas que esse capitalismo não degrade o meio ambiente, mesmo porque se houver degradação o turismo irá explorar as potencialidades naturais em outro lugar e o nativo, que depende desse ecossistema, terá que procurar outra forma de se sustentar.

Ressalta-se que o capitalismo não tem nenhuma relação de identidade e de dependência com o litoral do município de Pacatuba, quem tem essa preocupação são os nativos. O capitalismo tem uma relação oportunista com o meio ambiente e deslumbra a capacidade de gerar riqueza para si, reproduzindo seu ciclo. Mas não se pode negar que essa entrada do turismo não seja viável para a população, pode ser bom desde que haja um controle, um limite dessa exploração.

Paralela a essa exploração limitada do turismo/capitalismo no litoral do município de Pacatuba será necessária uma política de educação ambiental inserida na grade curricular, ou seja, é importante tornar obrigatório o ensino a respeito da importância da preservação do meio ambiente, principalmente com relação ao que eles

têm com o meio ambiente. Com isso será possível, a médio prazo, diminuir as práticas de degradação nativa que acabam reforçando e colaborando para o desequilíbrio do meio ambiente. Esse assunto será tratado de forma mais detalhada, no capítulo seguinte.

Mesmo com a entrada do turismo, não se tem a intenção de retirar o povo nativo do meio em que vive, mesmo porque são eles quem têm uma relação de identidade com o meio em que vivem e não os turistas. Essa relação espontaneamente fará com que o nativo crie um compromisso cultural que irá preservar e proibir que o turismo degrade o meio ambiente, ou seja, ele será um agente fiscalizador porque sem esse ambiente ele não terá seu sustento e espontaneamente surgirão formas de controle social adquiridas pela própria cultura e pelo próprio conhecimento que o nativo tem com esse meio.

É importante deixar claro que nos dias de hoje, em qualquer trabalho de intervenção não existe mais a “curetagem social¹”, ou seja, a retirada do nativo do local em que vive, porque essa retirada prejudicará, tanto o meio ambiente em que essa população está instalada quanto o nativo, que já havia desenvolvido maneiras de conviver junto a esse meio ambiente, além de prejudicar também o local onde futuramente serão instalados, já que os planejadores não terão nenhuma preocupação de como será essa nova vida imposta a essas populações. Eles não têm diversidades de culturas para que esses profissionais especializados na área planejamento territorial, possam tirá-los e colocá-los onde bem entendem e acharem que isso está correto.

Através do objetivo principal deste trabalho que é propor diretrizes para o uso e ocupação do solo para o desenvolvimento sustentável do litoral do município de Pacatuba, pretende-se construir um macrozoneamento neste litoral para preparar esse meio ambiente para uma realidade auto-sustentável. Tem-se a preocupação redobrada com a população local, buscando para os mesmos um desenvolvimento sustentável que evitará eventuais consequências desagradáveis, reconhecendo o papel importante da população nativa para a preservação e equilíbrio do ecossistema em questão por meio da relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

5 PROPOSTA DE MACROZONEAMENTO

O Macrozoneamento Ambiental tem como objetivo organizar a área territorial de acordo com suas características físicas, bióticas e sócio-econômicas básicas, a partir de um agrupamento de áreas que estão divididas em conjuntos ou unidades, que possuam características iguais, com a finalidade de obter um melhor entendimento da área analisada. O diagnóstico ambiental feito na área em estudo foi útil para o fornecimento de informações necessárias para a análise dos seus aspectos ambientais.

Os critérios utilizados para a realização do zoneamento foram os ecossistemas diferentes existentes no Litoral do Município de Pacatuba ou que tivessem a mesma cobertura vegetal. Por possuírem quatro diferentes tipos de ecossistemas e uma reserva biológica do Projeto TAMAR, tornou-se imprescindível zonedar a área para a manutenção do equilíbrio ecológico.

Com o objetivo de conservar a natureza, as Unidades de Conservação (U.C.) são legalmente instituídas para a manutenção dos processos ecológicos, a preservação da biodiversidade genética e a utilização sustentada das espécies e dos ecossistemas.

As Unidades de Conservação de maior representatividade no Brasil são os Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental. No Litoral Norte do Município de Pacatuba, já ocorre a existência de uma reserva biológica e segundo Pagani, as reservas biológicas são áreas que possuem ecossistemas importantes ou espécies de flora ou fauna de importância científica nacional. Essas reservas são restritas somente para investigações científicas.

Por se tratar de um município que guarda belezas ambientais muito atrativas ao turismo, surge então o interesse de tornar a área do Litoral do município de Pacatuba que concentra os ecossistemas em uma Unidade de Conservação, estabelecendo zonas de preservação total e zonas de uso restrito e próximo a essa nova área pensa-se em estabelecer zonas de uso extensivo para a construção de hotéis e pousadas.

As Unidades de Conservação (U.C.) são parte do território Nacional que, segundo Pagani, são de configurações e tamanhos diversos, submetidos à modalidades

de manejo variadas. Essas áreas podem englobar um grande número de paisagens naturais e semi-naturais, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos, estáticos ou culturais para assegurar a proteção das populações humanas. Essas áreas têm como objetivo conservar ou melhorar a condições ecológicas do local ou se constituírem em local de experimentação de novas técnicas para que permitam conciliar o uso da terra aos novos meios de manutenção dos processos ecológicos.

Nessa área do Litoral que se tornará uma Unidade de Conservação, haverá a permanência das comunidades locais, não permitindo a construção de novas unidades habitacionais. Caso haja a necessidade de construir, será reservado um local para construção de unidades habitacionais na sede do município de Pacatuba. Próximo às Unidades de Conservação será permitido a construção de hotéis, resorts e posadas, onde existam normas com relação às possíveis agressões que os mesmos poderão causar ao meio ambiente. A permissão das construções de grandes edificações no entorno das Unidades de Conservação será para viabilizar a economia do município conquistando o desenvolvimento sustentável e que a população passe a obter oportunidades diversas dentro do próprio município.

Essas construções possibilitarão ao município um grande fluxo de turistas e conseqüentemente gerarão renda e empregos ao município. Obriga de forma paralela que, tanto a população como os novos empresários que ali surgiram, procurem cursos profissionalizantes para suprir a demanda de empregos que surgirá.

Após o zoneamento realizado na área em questão, será traçado um macrozoneamento para a ordenação do espaço do litoral do município de Pacatuba, para o desenvolvimento sustentável. A área determinada como sendo o litoral está traçada na prancha 01/03.

O Litoral do município de Pacatuba teve sua área classificada em zonas no macrozoneamento para que houvesse um disciplinamento no uso e ocupação do solo, no uso dos recursos naturais e na discriminação e cumprimento das atividades de cada zona.

A intenção de preservar as áreas ambientais e permitir o turismo como uma das fontes de renda para o município, fez com que no macrozoneamento, as zonas fossem classificadas em quatro de forma a garantir a preservação dos ecossistemas e a qualidade de vida da população. (Ver prancha 02/03)

A zona de Adensamento foi implantada no macrozoneamento para dar o destino correto ao crescimento territorial do Litoral Norte, disponibilizando infraestrutura básica nesta área.

Dando essa orientação no crescimento territorial, percebe-se que podem ser evitados problemas urbanos futuros, como favelas em capitais ou até mesmo dentro do próprio município.

Para que não ocorra a possibilidade de um adensamento de edificações nas áreas de valor ambiental, foi proposta no macrozoneamento a zona de preservação total destinada à preservação total das áreas de interesse ambiental.

Com a implantação desta zona de preservação total a população do Litoral de Pacatuba poderá usufruir de forma ponderada das áreas ambientais e possuir uma área que possibilite renda e emprego para a sociedade.

A zona de uso restrito foi direcionada à subsistência da população tradicional, podendo a mesma usufruir da fauna e flora da região.

Dessa forma, a zona de uso restrito dará continuidade às atividades em que a população já possui um vínculo como forma de sustento, não tendo a preocupação de que venha a obter a escassez dos recursos naturais.

Para que o turismo faça parte do desenvolvimento sustentável do município o macrozoneamento estabelecerá as zonas de uso extensivo, onde constarão áreas destinadas à construção de grandes edificações como resorts, hotéis e pousadas.

A finalidade desta zona é garantir que não haja nenhuma construção em alguma localidade imprópria ou que alguma construção venha a comprometer o equilíbrio ambiental local.

Estas zonas findarão na ordenação do espaço do Litoral do município de Pacatuba e as atividades artesanais que a população tradicional do município possui terão seu desenvolvimento causado pelo turismo e pela implantação da agenda 21 local.

Ficarão regidos também os locais disponibilizados para as áreas de uso hoteleiro, residencial e ambiental, sendo que as grandes construções terão que se enquadrar nas questões determinadas nas diretrizes de desenvolvimento ambiental. (Ver prancha 03/03).

O resultado deste trabalho visa promover o ordenamento físico e territorial, protegendo todos os ecossistemas, fortalecendo as comunidades locais, visando uma melhor conservação da qualidade ambiental e do potencial produtivo, de maneira a

garantir o desenvolvimento sustentável local, assegurando a boa qualidade de vida da população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente observa-se a necessidade que a humanidade tinha de preservar o meio ambiente e seus recursos naturais, para sua própria subsistência. Percebia-se a inocência cultural desses primitivos e o conhecimento com a natureza.

Com avanço do capitalismo essa relação do homem com natureza se modifica e a conservação do meio ambiente foi colocada em segundo plano com o desenvolvimento ocupando lugar de destaque, tendo função mais importante que a natureza para a humanidade.

A idéia de colocar a natureza e a humanidade em lados opostos é dar suporte às atitudes e valores industriais, à massificação e ao desenvolvimento predatório, o que tem contribuído com a destruição de grande parte da diversidade do planeta, que inclui natureza e expressões culturais dos mais diversos povos e estando ambos na linha adversa do que se prega, acabam tendo seus valores desconhecidos.

È com o intuito de conviver com o planeta terra e de interagir respeitosamente como o mundo natural que se necessita retomar alguns critérios e parâmetros para resgatar a capacidade de suporte dos ecossistemas e esse é o objetivo da ordenação espacial proposta para o Litoral Norte de Pacatuba.

Por se tratar de uma área onde o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a renda do município são baixos, percebe-se a necessidade de viabilizar o desenvolvimento local sustentável junto com a Agenda 21, como garantia da sustentabilidade ambiental e contribuição para a geração de ocupação de renda da população local.

A agenda 21 local contribuirá para o desenvolvimento de atividades que possam gerar renda, tanto para a população quanto para o desenvolvimento econômico do município. Através da mesma, o município poderá investir na capacitação profissional da população e especialmente na educação, contribuindo para esclarecimento do cidadão.

A área em questão possui um grande valor ambiental, ainda pouco explorado. Vários fatores estão contribuindo para que o fluxo de pessoas aumente no

Litoral do município de Pacatuba, sendo um deles a Ponte Aracaju / Barra dos Coqueiros, que facilita o acesso de turistas aos municípios litorâneos. Por serem considerados litorâneos, o PRODETUR, obriga esses municípios a elaborar do Plano Diretor.

Não há dúvida de que a região necessita de um projeto de lei que viabilize e organize o uso e ocupação do solo para regularizar, prevenir e ordenar as atividades que tragam o desenvolvimento local para o litoral do município de Pacatuba. A preservação dos recursos naturais do município também garantirá uma maior subsistência para população, já que a mesma depende desses recursos naturais.

O macrozoneamento proposto será o norteador das diretrizes que resultaram no conjunto de leis que funcionam como instrumento político-jurídico capaz de conduzir a região a um desenvolvimento sócio-econômico pautado na preservação e conservação dos recursos naturais. Essas futuras diretrizes propostas para o litoral do município de Pacatuba, uma vez transformadas em lei, poderão ser um instrumento regulamentador que poderá contribuir para o desenvolvimento endógeno no município. Com a aplicação das diretrizes ambientais haverá a manutenção dos recursos naturais e conseqüentemente a garantia do desenvolvimento sustentável para a região, beneficiando a população nativa.

Posteriormente devem ser implantadas políticas públicas ambientais que conduzam à educação ambiental e reforcem nos nativos o valor do meio ambiente em que eles estão inseridos e a relação de mutualismo existente entre eles. Sendo assim, a preservação torna-se mais viável e garantida dentro do município.

Contudo, esse macrozoneamento prevê o contínuo equilíbrio ecológico da área em que o trabalho será desenvolvido, sem torná-la inutilizada, e sim, torná-la fonte de renda e emprego para as comunidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Francisco Anselmo Gomes de. **Terra até quando?** Fundação para a Conservação da Natureza. Brasília: Senado Federal, 1992.
- BRASIL. **Constituição brasileira, Coleção de Leis de Direito Ambiental.** Editora Jurídica do Brasil. Baureri-SP: Manole, 2004.
- CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo, 1999.
- CERTAU, Michael de. (1994). **A Invenção do Cotidiano.** Vol I (Artes de fazer). 4^o edição. Petrópolis- RJ: Vozes.
- Cinform–Central de Informações Comerciais LTDA. **História dos Municípios.** Aracaju.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- BRASIL. Constituição Federal. **Coleção de Leis Ambientais de Direito Ambiental.** São Paulo: Manole, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3^a ed. São Paulo: Hucitec, USP, 2000.
- DORST, Jean. **Antes que a Natureza Mora.** Tradução: Rita Buongermino. São Paulo: Afiliada, 1973.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 3^o edição. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GRASSI, Fiorindo David. **Direito Ambiental Aplicado.** Frederico Westphalen-RS: URI, 1995.
- LEITE, Maria Ângela Faggin P. **Construção e (Des) construção da Paisagem.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- MELO, Ariosvaldo Vieira de. **História de Pacatuba.** 1^aed., Brasília: PAX, 1981.
- MENDONÇA, Jouberto Uchôa de. et al. (Org.). **Sergipe Panorâmico.** Aracaju: UNIT, 2002.
- MOCHÉL, Flávia Rebelo. **Endofauna do Manguezal.** São Luiz: EDUFAMA, 1995.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos da Ecologia**. Tradução: Antônio Manuel de Azevedo Gomes. 7ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do Mundo: todos os passos do conceito em Max Werber**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ROSA, Ana Paula LL. **Meio ambiente**. 2ª ed.- Rio de Janeiro: Esplanada. ADCOAS, 1997.

SOUZA, Roberaldo Carvalho de (coord.). **APA de Piaçabuçu: Petróleo e Proteção Ambiental**. Maceió: EDUFAL, 2000.

TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria. **Análise ambiental: estratégias e ações**. Rio Claro-SP: Centro de Estudos Ambientais-UNESP, 1995.

TIEZZI, Enzo. **Tempos Históricos, Tempos Biológicos. A terra ou a morte: os problemas da nova ecologia**. Editora Nobel. São Paulo, 1988.

PERÍÓDICOS:

CREA/MG. **Agenda 21-sinal verde para o desenvolvimento sustentável**.

MORAES, Marília Britto Rodrigues de. **Uma Introdução ao Planejamento Urbano de Ilha Comprida**. Paisagem Ambiente Ensaios. São Paulo. nº 10. p. 71-96. Dez/1997.

MOURA, Maria Suzana, et al. **Desenvolvimento Local Sustentável: O que Sinalizam as Práticas**.

SACHS, Ignacy. **Os Tempos-Espaços do desenvolvimento**.

SILVA, Maria da Glória Lanci. **As Políticas Ambientais e o Planejamento da Paisagem: Entre o Real e o Ideal**. In PAISAGEM AMBIENTAL ENSAIOS nº8, 1995.

SITES PESQUISADOS:

- www.geocities.com/rainforest (04/10/2007 - 20:45 hs)
- www.mma.gov.br (12/10/2007 - 10:10 hs) / (14/10/2007 - 15:25 hs)
- www.pantanalms.tur.br (01/11/2007 - 11:00 hs)
- www.ibama.gov.br (01/11/2007 - 14:35 hs) / (15/12/2007 - 17:00 hs)
- www.cpap.embrap.br (25/10/2007 - 08:45 hs)
- www.fundevasp.org.br (03/12/2007 - 14:20 hs)
- www.socioambiental.org (24/11/2007 - 16:40 hs)